

## **PLANO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

Gestão Valdir Pignata 2021/2024 — CIDADANIA 23

Vice: José Antonio Vilchenski — Vice Prefeito

Incluso os distritos: Floriano e Iguatemi.

### ***UM ACENO DE ESPERANÇA***

*Estamos vivendo a maior pandemia dos últimos tempos, que vem devastando o nosso já fragilizado sistema de saúde e a nossa economia aniquilada pelos últimos governos populistas. Eu, Rubens Bueno, como cidadão, professor e político, fico comovido ao ver milhões de famílias brasileiras reféns de um vírus, muitas perderam pessoas amadas e outras estão em situação de miséria, sem emprego e sem renda.*

*Estamos às vésperas de uma nova eleição e com ela “um aceno de esperança”:* às cidades que souberem escolher Gestores Públicos com experiência, coragem e honestidade, vão sentir menos os efeitos da pandemia.

*Por isso, eu acredito na renovação, acredito na nova política, humanitária e inclusiva: “Menos ideologia, mais igualdade. Menos obras, mais qualidade de vida”. Nesse novo cenário, não cabe às mazelas do oportunismo e da corrupção, somente a BOA POLÍTICA, feita por homens de bem, chefes de famílias, verdadeiros humanistas que colocam DEUS a frente de tudo o que fazem. Maringá, em especial, pode sentir-se privilegiada por ter Valdir Pignata como seu candidato a Prefeito, dono de uma vida ilibada e um currículo invejável.*

*Maringá, 25.09.2020*

***Rubens Bueno***

***Deputado Federal e Presidente Estadual do Partido Cidadania 23***



## INTRODUÇÃO

Em 2021, se assim Deus permitir, estaremos à frente da Prefeitura de Maringá e diante de um grande desafio: resgatar a confiança na gestão municipal, promover a transparência e recuperar as bases da relação entre o poder público e os maringaenses.

Infelizmente, muitas promessas de campanha foram esquecidas e muitas obras foram criadas apenas para impressionar o eleitor. É notória a ausência de cuidados com a cidade e com isso, o descontentamento da população que tiveram suas vidas e seus negócios afetados pela má utilização de recursos públicos.

Enfim, vamos encontrar uma cidade marcada pelo abismo entre o Poder Público e o Cidadão, cada vez mais vítima do desequilíbrio de seus próprios gestores, que sem coragem e experiência para enfrentar desafios, acabam tomando decisões autoritárias prejudicando a cidade. Senão bastasse a COVID-19, ainda sofremos todos os anos com os surtos de dengue, onde a atenção básica com os profissionais da saúde, da educação e da gestão do lixo, acaba tirando a vida de pessoas que amamos.

Precisamos cuidar melhor das pessoas de nossa comunidade, essa é a verdadeira missão da política, por isso, o nosso Plano de Governo até 2024, vai priorizar os eixos: **Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico, Infraestrutura, Socioambiental, Educação e Saúde**. Vamos corrigir as distorções, ampliar ações de desenvolvimento da cidade, inclusão social e redução das desigualdades.

Vamos devolver a cidade à população, garantindo uma vivência plena em direitos, e também, devolver a população à cidade, restabelecendo os laços de confiança na construção de uma comunidade mais justa, democrática e solidária. Assim, dialogando com o setor produtivo, vamos abrir o “Planejamento Estratégico e o Orçamento Participativo”, e fazer uma gestão democrática e de retomada do crescimento.

Maringá é o orgulho do Paraná e uma das cidades mais belas cidades do Brasil. Vamos fazer chegar essa “qualidade de vida” a todos os maringaenses, melhorando os serviços ofertados à população, ampliando a transparência e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

*Valdir Pignata — Candidato a Prefeito de Maringá*

*José Antonio Vilchenski — Vice Prefeito*

*Luciano Marcos Querino Pozza — Presidente do Partido Cidadania 23 de Maringá.*



## **GESTÃO PÚBLICA — EIXO I: Responsabilidade Fiscal e Social**

O gerenciamento de bens, serviços e recursos públicos é fundamental para atender aos interesses e às necessidades da população maringaense com eficiência e agilidade. A responsabilidade com o dinheiro público será uma das qualidades de nossa gestão. Para tanto, estaremos comprometidos com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - planejamento, controle, responsabilidade e transparência.

Com uma gestão profissional acima da média — é o que tem pautado o meu trabalho durante toda a minha vida —, a equipe de administradores será composta por pessoas capacitadas, profissionais eficientes, que possuem comprometimento, caráter probo, eficiência, obediência a LRF, à objetividade e à imparcialidade. Todos focados em ações que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos os maringaenses, através de projetos edificantes, com o olhar voltado para a responsabilidade de suas atitudes no gasto do erário público. Será o fim da miséria ética e do autoritarismo do serviço público, que se arrastou pelo individualismo e os interesses de pequenos grupos.

Vamos promover reformas administrativas que leve a modernização da gestão pública utilizando ferramentas gerenciais de última geração, focadas nos resultados, na transparência, buscando melhores parcerias, valorizando o Servidor Público, estimulando os trabalhos em rede, de controle social e do desenvolvimento sustentável.

### **Objetivos fundamentais**

Construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantia de desenvolvimento; erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais; promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação.

### **Visão**

Obediência aos princípios da: **Legalidade; Publicidade; Impessoalidade; Moralidade; e Eficiência.**

### **Princípios Orçamentários**

Construiremos um planejamento que respeite a boa gestão dos recursos públicos seguindo os princípios: **Da Unidade; da Universalidade; da Anualidade; da**



## **Exclusividade; da Especificação; da Publicidade; do Equilíbrio Financeiro; do Orçamento Bruto; da Não afetação.**

No entanto, os desmandos e a corrupção persistem, as consequências são sentidas diretamente pela população, que sofre com a baixa qualidade dos serviços públicos. Vamos mudar isso com: Ação Planejada e Transparente; Prevenção de Riscos e Correção de Desvios que Afetem o Equilíbrio das Contas Públicas; Garantia de Equilíbrio e Transparência no Orçamento.

## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — EIXO II: Geração de Emprego e Renda**

Com o objetivo de impulsionar o crescimento e o desenvolvimento para Maringá e região, mudanças sociais e econômicas serão contempladas surtindo efeitos positivos sobre a qualidade de vida da população. Esse é mais um desafio pós-pandemia: a geração de emprego e renda. Nossa gestão será empreendedora e com a **Secretaria de Gestão** integrada a todas outras secretarias.

### **Objetivos fundamentais**

Estabelecer prioridades e aumentar a efetividade dos programas; evitar ações fragmentadas; potencializar resultados com foco no objetivo geral; poupar recursos ao eliminar programas não essenciais; reduzir custos e otimizar o orçamento.

Vamos unir as instituições públicas, empresas privadas, organizações da sociedade civil e demais grupos atuantes com interesse na economia local e regional, para criar estratégias, programas e projetos de desenvolvimento econômico. Assim, reunindo habilidades, conhecimentos, experiências e recursos, sairemos rapidamente do *déficit* econômico, com ações que possam melhorar a credibilidade, a equidade e a transparência, abrindo o processo de planejamento para o público.

### **Visão**

Participação coletiva do desenvolvimento econômico local e regional. Com a motivação dos atores envolvidos, agregando valor na troca de informações, habilidades, trabalho voluntário, recursos de materiais e financeiros, vamos engajar o setor



empresarial, os grupos organizados da sociedade civil, e os cidadãos, ampliando o processo de planejamento do desenvolvimento econômico de Maringá.

Esta será a marca da nossa gestão — muito além de administrar procedimentos regulatórios, como: registros, concessões de licenças e de alvarás —, vamos promover a liderança para o desenvolvimento econômico local e regional, coordenando os projetos e concedendo incentivos fiscais, para atrair o capital privado.

Como o setor privado e a comunidade local são beneficiários importantes do programa de desenvolvimento econômico, vamos envolvê-los no planejamento estratégico, e dessa forma: Aumentar a nossa eficiência e garantindo a sustentabilidade das ações de longo prazo; fortalecer a confiança de investidores e dos setores de negócios potenciais, na região; antecipar problemas por meio do engajamento dos parceiros; integrar a economia local; incorporar no processo grupos e associações de baixa renda e da economia informal; e apoiar as ações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODEM) — Executivo Municipal, Câmara Municipal, Associação Comercial, ACIM, Agência de Desenvolvimento, Sindicato Rural, Sindicato do Comércio, todos os Sindicatos, Universidade, e demais atores sociais relevantes no município.

Em nenhum momento da história, a sociedade passou por tantas transformações. A turbulência e a imprevisibilidade do ambiente impõem ao novo gestor público, o compromisso *sine qua non* com a responsabilidade fiscal e social, além de múltiplos esforços na busca de melhores níveis de um desenvolvimento que concilie, de forma sustentável, objetivos econômicos, sociais, ambientais, culturais, tecnológicos, humanos, políticos e éticos.

Como Poder Público, devemos ser capazes de criar soluções para estimular setores importantes da economia, como construção civil, agroindústria, comércio, entre outros, encontrando uma alternativa econômica para o município, sem perder nossa principal vocação: a melhoria das condições de vida de todos os Maringaenses.

### **INFRAESTRUTURA — EIXO III: Investimento em Qualidade de Vida**

O bom funcionamento de uma cidade depende de investimentos em infraestrutura, que se reflete em qualidade de vida, produtividade e a integração da Macro-região. Assim, melhorias nas áreas de habitação, mobilidade urbana, saneamento



básico e preservação ambiental fazem parte da infraestrutura essencial para o desenvolvimento socioeconômico de Maringá e região.

### **Objetivos fundamentais**

Garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para às presentes e futuras gerações; oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

### **Visão**

Colocar os benefícios da urbanização em prol de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável para a população.

Nesse contexto, vamos seguir o **plano diretor** — instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana — como ferramenta central do planejamento de nossa cidade. Considerando o tripé: **Legalidade; Abrangência; e Obrigatoriedade.**

As regras, parâmetros, incentivos e instrumentos inseridos no plano diretor serão fundamentais para se adotar ações assertivas. Sendo assim, empresas e cidadãos deverão observar o cumprimento de certas exigências ao uso permitido para terrenos ou imóveis. Em contrapartida, o poder público poderá estimular o desenvolvimento econômico destinando incentivos tributários para a instalação de empresas em determinados locais.

Seguindo as diretrizes do próprio **Ministério das Cidades**, a execução e o acompanhamento do plano diretor, seus programas e projetos de desenvolvimento urbano, terá a ampla participação social em todas as etapas — governo, empresas, sindicatos, movimentos sociais, lideranças de bairro, etc. —, para depois, submetê-lo a aprovação na Câmara Municipal.

Assim, Maringá retoma a sua vocação original de cidade inclusiva, equilibrada, sustentável, capaz de fazer chegar a “qualidade de vida” também aos bairros, para contemplar todos os seus cidadãos, reduzindo os riscos do crescimento desenfreado e distribuindo de forma justa os custos e benefícios da urbanização. Como cuidar continuamente do asfalto, das guias, da acessibilidade, da limpeza, da iluminação, e de ações direta cuidando também da população dos bairros.



## **SOCIOAMBIENTAL — EIXO IV: Investimento em Qualidade de Vida**

A responsabilidade socioambiental é um valor de toda sociedade e um agente poderoso do desenvolvimento sustentável de uma cidade. A agricultura familiar, o agronegócio, as pequenas empresas e outros setores produtivos, merecem a nossa atenção especial.

Em nosso Plano de Governo, este importante setor também estará ligado a Educação, reiterando que as ações educativas contribuem para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente, despertando a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e os tornando aptos a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

### **Objetivos**

Desenvolvimento de uma consciência ambiental; estímulo à preservação e conservação da natureza; formação de indivíduos com consciência crítica; aumento do bem estar através do contato com a natureza e da prática de hábitos saudáveis.

### **Visão**

A educação ambiental tem compromisso direto com a sustentabilidade e garante uma série de benefícios para quem a utiliza e para a sociedade.

Cabe ao poder público, manter atualizado o Inventário Florestal do município, identificando espécies, protegendo florestas e o remanescente florestal.

### **Atribuições**

Criação de programas de Recuperação de Nascentes e a realização de Consultoria Ambiental continuadas, para que os projetos sejam realizados dentro da lei;

Fomentar a Restauração Florestal ou Reflorestamento visando à recuperação dos ecossistemas degradados; Atestar com frequência a Análise de Água preservando a fonte, garantindo sua composição e pureza; Promover programas de Educação Ambiental para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente; Fomentar a **Horticultura** doméstica - horta convencional, horta vertical, horta suspensa, horta orgânica, entre outras – aumentando o espaço verde na área urbana; Atualizar o



**Cadastro Ambiental Rural (CAR)** garantindo sua regularização no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA; Revisar periodicamente o **Plano de Gestão Ambiental Territorial e Urbano**, em acordo as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Aperfeiçoar a legislação e os instrumentos de gestão e implementação do desenvolvimento urbano com uso sustentável dos recursos naturais, através do: Zoneamento Ambiental Municipal – ZAM; e do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981); Identificar as fragilidades e vulnerabilidades dos recursos naturais existentes no município, em consonância com a Meta 11, que trata das “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos no âmbito das Nações Unidas.

## **EDUCAÇÃO — EIXO V: Cidadão desde a primeira infância**

A Educação na Primeira Infância será nossa prioridade. Faremos melhorias e ampliação na infraestrutura das creches, com objetivo de superar as previsões de vagas e atendimento à demanda de crianças de 0 a 5 anos. Também vamos garantir a matrícula dos alunos com idade entre 6 a 14 anos e de 15 a 18, e estimular o retorno dos alunos com idade acima dos 18, que pela necessidade de trabalhar não concluíram o estudo básico. E principalmente, absorver todos os alunos com necessidades especiais, somente dessa forma teremos uma educação inclusiva, de fato.

Primordial será reavaliar a situação do professor pós-pandemia, melhorar seus ganhos e agregar benefícios. Ele terá o importante papel de liderar o processo de “Ensino de Qualidade por Excelência” sendo responsável direto pela redução das desigualdades na aprendizagem.

### **Objetivos**

Garantir o acesso universal a uma educação cidadã, inclusiva e de qualidade; ouvir os profissionais da Educação para a formulação de políticas públicas, mais justa e igualitária; dialogar com os próprios alunos e familiares para entender melhor as necessidades educacionais locais; assegurar a busca pelo Ensino de Qualidade e de natureza laica, para todos e à luz da Constituição de 1988.





### **Visão**

Integrar o novo plano educacional e o seu gerenciamento com as áreas do Desporto, da Cultura e de lazer.

### **Valores e princípios universais**

Solidariedade, respeito às diferenças, preservação e promoção da vida, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e sociocultural do educando, o que propicia a formação de sujeitos reflexivos, criativos, comunicativos, autônomos e solidários.

Para isso, Vamos ampliar o alcance da inclusão digital e implantar o Programa de Qualificação Continuada para os nossos professores. Reformular os programas de alimentação escolar, fornecer material pedagógico completo, bem como, reestruturar os laboratórios de informática e adquirir lousas digitais para que os alunos sintam-se conectados pela educação.

## **A INTEGRAÇÃO DO ENSINO COM O DESPORTO, A CULTURA e o LAZER.**

### **Macroações**

Implantar e ampliar a oferta de educação em tempo integral, não obrigatória; garantir que os alunos matriculados no Ensino Fundamental concluam essa etapa na idade recomendada nos termos da legislação vigente; universalizar, para a população de 4 a 14 anos com deficiência, o acesso ao Ensino Fundamental e ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino; fomentar a qualidade do Ensino na Rede Municipal, em todas as etapas e modalidades; ampliar o acesso ao ensino infantil e fundamental, atendendo à demanda reprimida e garantindo o direito legal da criança e do jovem, à educação; melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem de modo a atingir, no mínimo, as médias locais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola por meio de atividades pedagógicas e multidisciplinares, inclusive culturais, desportivas e de lazer; fomentar a expansão das matrículas na Educação dos Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino, articulada à formação inicial e continuada, ou objetivando a elevação do nível de escolaridade; aprimorar a modernização dos processos de gestão e de ensino/aprendizagem numa perspectiva interativa e digital; avançar na ampliação do



acervo literário digital e de materiais de psicomotricidade deixando-os disponíveis aos alunos da rede municipal de ensino.

### **Macroações para os Educadores**

Realizar a revisão salarial anual, de acordo com o piso salarial, de modo a preservar o poder aquisitivo dos educadores, nos termos da Constituição Federal; fortalecer a gestão democrática da Rede Municipal de Ensino, por meio das eleições diretas dos gestores, conforme prevê a Lei Complementar Municipal nº 147/2015; garantir o fortalecimento da atuação das instâncias colegiadas e da comunidade escolar nos espaços educativos como forma de garantir a participação e o controle social; assegurar a formação continuada dos profissionais do Magistério.

### **Macroações Estruturais**

Garantir a manutenção da infraestrutura física das Unidades Escolares existentes e a construção de novos prédios escolares para atender à demanda da Rede Municipal de Ensino, considerando a necessidade de acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes. Ampliar as quadras de esporte para poliesportivas e outros espaços culturais e de lazer dentro do pátio escolar.

## **SAÚDE — EIXO VI: Viver com Saúde**

A pandemia mostrou as fragilidades do sistema de saúde brasileiro. Em Maringá, o enfrentamento da Covid-19 pela gestão pública, pautou em fechar empresas e esvaziar o comércio. Mesmo assim, muitas vidas foram ceifadas e os servidores da Saúde, operando sem um contingente efetivo adequado, tiveram que colocar suas vidas em risco por falta de EPI.

Segundo postagem do Portal Rádio Maringá, de 28/04/2020: “Pesquisa mostra que 50% dos médicos acusam falta de equipamentos de proteção individual (EPI) — máscaras N95 ou PFF2; proteção facial; falta de óculos; aventais; máscaras cirúrgicas; e orientação ou programa de atendimento na luta contra o covid-19”.

Todos nós sabemos, que a ausência de testes para detecção da covid-19 em pacientes com suspeita gerou uma corrida desnecessária as unidades de saúde, agravando o sistema. Por fim, em nossa gestão, a “farra” com o dinheiro público nas compras superfaturadas será aniquilado. Segundo postagem do Portal CBN Maringá,



em 21/05/2020, uma fala do secretário de Saúde preocupou o Observatório Social de Maringá: “... é comum a prefeitura comprar produtos mais caros... essa é a realidade, nada ilegal”.

O nosso foco estará na implementação de ações fundadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), visando à garantia da atenção básica de qualidade expandida dentro da estratégia de Saúde da Família; a proteção à maternidade, garantindo às mães e às crianças toda infraestrutura necessária para o bem-estar nos períodos pré e pós-parto; a ampliação e modernização da rede de atenção às urgências e emergências; atenção especial e humanizada aos idosos e às pessoas com deficiência. Em suma, vamos universalizar, modernizar e humanizar o sistema de saúde que é de todos os maringaenses.

Há anos que o sistema de saúde se mostra insustentável: incentivos errados; prevalência de “pagamento por procedimento”; ingerência política na saúde pública; falta de atenção primária e gestão populacional na saúde suplementar, modelo hospital-centro: “Muitos pacientes acabam procurando os prontos-socorros de hospitais por oferecerem atendimentos mais rápidos e eficientes, quando na verdade deveriam procurar um consultório, uma UBS, um posto de saúde”.

Nós defendemos um sistema de saúde municipal, hierarquizado e integrado, onde as ações de assistência se complementem, os convênios remunerados por produtividade no formato de um consórcio intermunicipal de saúde. Para tanto, vamos melhorar o Programa Médico da Família, os serviços primários de saúde, os consultórios, as **UBS**, os ambulatórios de especialidades, os serviços de diagnósticos, as clínicas, até chegar ao hospital.

### **Objetivo I**

Deixar o hospital como uma das últimas opções por se tratar de um equipamento de alto custo e assim, oferecer mais qualidade para o cidadão que realmente precisa do hospital.

Somente através de um plano de saúde resolutivo, com a informatização integrada público-privada de dados, podemos: facilitar o agendamento; dar rapidez no diagnóstico; melhorar o atendimento primário e secundário; focar nas ações preventivas de estímulo para hábitos saudáveis. De outra forma, o paciente perde tempo e o custo é alto para o sistema. Agora, com a pressão causada pela Covid-19, resolver esse problema é questão de sobrevivência.



Vamos usar a tecnologia *das startups* para implantar evoluções positivas: Telemedicina – aprimorar para se tornar uma realidade permanente - além de otimizar e agilizar a atuação médica, diminui as filas nos pronto-atendimento. Saúde Baseada em Valor (VBHC) – (Value Based Healthcare – VBHC) - ampliar a entrega de valor para os pacientes, conter a escalada de custos e oferecer mais conveniência e serviços aos usuários. Saúde populacional – substitui o tratamento das doenças pela manutenção contínua da saúde. Atenção primária e controle de pacientes com doenças crônicas. Hospitais privados possuem capacidade ociosa e atender pacientes que não possuem plano de saúde seria algo positivo para todos. Menos filas no SUS, mais receitas para os hospitais e mais atendimento para as pessoas. Já existem muitos formatos para pagar essa conta, desde parcerias público-privadas ou fornecendo linhas de crédito privado. Em resumo: não basta tratar a doença, vamos cuidar da Saúde dos nossos cidadãos.

## **Objetivo II**

Impulsionar a expansão e o fortalecimento da atenção básica, ampliando o acesso, com ênfase na Atenção Primária em Saúde.

## **Macroações**

Complementar e ampliar o número de equipes de Atenção Básica nas unidades de saúde da rede municipal e qualificá-las para atenção a populações de maior vulnerabilidade, conforme a necessidade de cada território; Desenvolver ações articuladas de prevenção, acolhimento e acompanhamento no atendimento a pessoas em situação de violência; Impulsionar o processo de organização da Atenção Básica em Maringá, com base em um modelo único de atenção e no estabelecimento de protocolos e fluxos efetivos de acesso dos usuários entre os pontos de atenção, considerando a concepção das Redes de Atenção à Saúde e linhas de cuidado; Desenvolver ações de atenção a usuários de álcool e drogas nas unidades de atenção básica, de forma articulada com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e com as Redes de Atenção à Saúde, estendendo e ampliando esta linha de cuidado para a população em situação de rua (consultórios na rua); Adequar os parâmetros referentes à base territorial das unidades de saúde para ampliar a cobertura, preenchendo os vazios assistenciais; Fortalecer a Política de Promoção à Saúde, de forma articulada, incluindo o incentivo a hábitos saudáveis e a prática de atividades físicas; Desenvolver ações de apoio matricial



para aprimoramento dos processos de trabalho das equipes das unidades básicas de saúde e ampliação da sua capacidade resolutiva, de forma articulada com os serviços especializados e todas as redes de atenção à saúde; Assegurar a cobertura de saúde bucal na rede básica, com ênfase no desenvolvimento das ações preventivas, e a continuidade do cuidado em todos os níveis de complexidade, sob a ótica das redes de atenção à saúde; Ampliar as ações de prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANTs), das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da AIDS, assegurando a interseção assistencial entre os pontos de atenção à saúde; Sistematizar a dinâmica do cuidado longitudinal, com ênfase na promoção à saúde e prevenção de agravos, visando à redução das internações por causas sensíveis à atenção básica; Implementar ações de cuidado em saúde mental nas unidades básicas de saúde; Implementar a assistência pré-natal nas unidades de saúde, adotando estratégias que favoreçam o acesso para todas as mulheres e o incremento de ações de educação em saúde sobre a importância do pré-natal.

### **Objetivo III**

Incrementar os serviços de atenção especializada, ampliando, garantindo e facilitando o acesso da população a serviços de média e de alta complexidade, com qualidade, na perspectiva das redes de atenção à saúde, visando proporcionar uma maior celeridade e efetividade na resposta aos usuários do SUS.

### **Macroações**

Incrementar o desenvolvimento de ações para ordenação da atenção especializada, com ênfase para as especialidades de maior demanda, reorganizando e ampliando as Policlínicas e outros serviços especializados existentes, de forma coordenada com a sistemática das redes de atenção à saúde; Fortalecer o processo de organização das Redes de Atenção à Saúde no âmbito municipal, nas áreas de urgência e emergência, materno-infantil, doenças crônicas, psicossocial e cuidados à pessoa com deficiência; Estabelecer e impulsionar as bases operacionais para a promoção da Política Municipal de Atenção à Saúde das Pessoas, abrangendo todos os gêneros, faixas etárias, etnias e condições sociais; Consolidar o componente hospitalar da rede de serviços no âmbito municipal, de acordo com a necessidade operacional das redes de atenção à saúde, contemplando a instalação de novos leitos de terapia intensiva, de retaguarda às urgências e emergências e de saúde mental nos hospitais gerais públicos



localizados no município; Operacionalizar os Núcleos de Saúde Coletiva (NUSC) nas unidades hospitalares, unidades de pronto atendimento e maternidades da Secretaria Municipal de Saúde, focalizando nos componentes de epidemiologia, controle de infecção hospitalar, segurança do paciente, saúde do trabalhador e educação permanente; Assegurar o acesso aos serviços das redes de atenção à saúde e estabelecer referências para garantia do cuidado longitudinal dos usuários, com acolhimento e resolutividade, de forma integrada com os demais pontos de atenção à saúde e outros setores da esfera municipal; Instituir o Protocolo Clínico Municipal de Diretrizes Terapêuticas para Cesariana, em consonância com as diretrizes da Portaria Ministerial nº 306/2016; Ampliar o Serviço Municipal de Atenção Domiciliar, de forma articulada com as redes de atenção, com o estabelecimento de referências para cuidados especializados aos usuários cadastrados e acompanhados nas unidades de saúde do município, em especial dos pacientes idosos e acamados, conforme protocolo específico; Instituir, regulamentar e operacionalizar o programa de rastreamento de casos de câncer na rede municipal de saúde; Instalar dispositivos de acessibilidade para o acolhimento às pessoas com deficiência nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde; Implementar a Política Municipal de Transporte Sanitário; Readequar a distribuição das Unidades Especializadas e de Pronto Atendimento no município com base em critérios populacionais e de descrição de clientela, de forma articulada com as redes de atenção à saúde.

#### **Objetivo IV**

Promover a redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

#### **Macroações**

Fortalecer as ações de vigilância em saúde e promoção da saúde com fomento ao desenvolvimento de ações intersetoriais; Fortalecer e Executar as Ações de Vigilância Ambiental, incluindo o Controle e Monitoramento dos Riscos às Populações Expostas a Solos Contaminados, Desastres, Poluição do Ar e Água de Consumo; Implantar e implementar o Núcleo Distrital de Vigilância em Saúde em cada Distrito Sanitário, contemplando as ações das 04 áreas de vigilância (epidemiológica, ambiental, sanitária e da saúde do trabalhador); Incrementar a execução das ações de vigilância epidemiológica, incluindo o controle e monitoramento das doenças transmissíveis e não



transmissíveis, da imunização e da oferta de resposta rápida às ocorrências e surtos; Fomentar o desenvolvimento de ações para prevenção dos riscos decorrentes do convívio entre humanos e animais, contribuindo para redução da incidência de zoonoses e outras doenças transmitidas por vetores; Instituir Plano de Contingência para Enfrentamento de Situações de Crise em Saúde Pública, visando o incremento de ações intersetoriais de controle de vetores e animais causadores das arboviroses (zika, chikungunya e dengue) e de zoonoses (raiva e calazar); Implementar as ações de vigilância sanitária, incluindo o controle e o monitoramento dos riscos à qualidade dos alimentos, dos produtos e dos serviços de interesse à saúde, bem como a realização de atividades de educação em saúde para população e setor regulado; Estruturar e implementar a linha de cuidado à Saúde do Trabalhador, contemplando a concepção das redes de atenção à saúde, com o intuito de qualificar as ações de vigilância, prevenção de agravos, promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores acometidos por doenças e/ou agravos relacionados ao trabalho.

#### **Objetivo V**

Impulsionar a capacidade organizativa e resolutiva da assistência farmacêutica (AF), por meio da implementação da política e da gestão da AF no município, com foco no uso racional de medicamentos e na avaliação das demandas dos serviços de saúde.

#### **Macroações**

Revisar, atualizar e publicar a Relação Municipal de Medicamentos periodicamente; Instituir e regulamentar sistema de monitoramento com base nos medicamentos traçadores para avaliação do consumo; Elaborar, operacionalizar e manter atualizada a Relação Municipal de Material Médico-Hospitalar; Equipar, reestruturar e informatizar as farmácias das unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde; Operacionalizar a Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF; Elaborar, regulamentar e operacionalizar o Projeto dos Farmacêuticos Distritais em parceria com o Conselho Regional de Farmácia, garantindo maior abrangência dos serviços de Atenção Farmacêutica nas unidades básicas de saúde e, conseqüentemente, ao paciente;



## **ASSISTÊNCIA SOCIAL – EIXO VII: Capacitação e inserção dos nossos cidadãos no mercado de trabalho.**

### **Cidadão Qualificado**

Garantir que todos os cidadãos – jovens, adultos e terceira idade – tenham oportunidades de trabalho, emprego e renda, com ações de qualificação social e profissional em nível de formação inicial e de desenvolvimento humano. Para isso, vamos fortalecer os serviços prestados pelos Centros Públicos de Trabalho e Renda, agindo na intermediação de mão-de-obra e ao agenciamento do seguro-desemprego, a fim de ofertar serviços e ações que levem a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Com a reestruturação dos Albergues – casas de acolhidas - vamos promover a melhoria das unidades para que, passem a ofertar cursos de qualificação e proporcionar atendimentos individualizados com orientação profissional. Nesse sentido, queremos atender a população em situação de rua, incluindo serviços especializados para esse público por meio de ações contínuas e integradas com os demais serviços e políticas, universalizando os direitos sociais básicos, na perspectiva do fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares.

Ampliar as ações de integração nas áreas de Esporte, Cultura e Lazer, seja na criação de programas com orientação de professores de educação física e de artes, bem como, a reforma de Praças de Esporte e Cultura, em parceria com a iniciativa privada.

Na Assistência Social, daremos continuidade ao planejamento e à execução das ações de proteção social básica e especial. Seguiremos aperfeiçoando e buscando novos métodos e estratégias de atuação dos programas e projetos que objetivam, além da proteção aos idosos, às crianças, aos adolescentes e às pessoas com deficiência, o fortalecimento das famílias, principalmente, daquelas em situação de vulnerabilidade social. Neste eixo, estão contempladas nossas estratégias de atuação no combate à pobreza e ao desemprego no município, que serão executadas por meio de ações multissetoriais integradas e planejadas em estreita parceria com a sociedade civil.

A nossa preocupação enquanto gestão também se dará em relação às políticas destinadas à Juventude. Nossa atuação para essa parcela importante da população maringaense será definida com a participação de quem realmente conhece as necessidades da juventude, ou seja, os jovens. Os elementos norteadores das nossas





ações serão as diretrizes nacionais trazidas pelo Estatuto da Juventude e pela Política Nacional de Juventude, cujos elementos fundamentais para o êxito na atuação serão adotados pela nossa gestão.

O respeito à diversidade e a garantia dos direitos humanos são fundamentais à efetivação da cidadania. Nossa gestão, portanto, dará especial atenção a tais questões, principalmente em se tratando dos direitos das minorias, com ações integradas nas áreas de educação, saúde e assistência social. O bom convívio com a diversidade, as políticas de inclusão social e o respeito na prestação dos serviços municipais serão bandeiras levantadas e objetivos perseguidos por todos que comporão nosso governo. Em um país com diferentes culturas, etnias e gerações, não podemos aceitar que pessoas sejam discriminadas e excluídas do convívio social por causa da sua cor, raça, orientação sexual, religião ou identidade de gênero, por exemplo.

Continuaremos lutando pela efetivação dos direitos das mulheres. As políticas públicas serão planejadas e executadas no sentido de garantir a igualdade de oportunidades, além do reconhecimento e da valorização das mulheres em todos os setores da sociedade. Entendemos que precisamos fortalecer e estreitar os laços entre a gestão e a população, por isso, continuaremos adotando os princípios de uma gestão democrática e participativa.

### **Objetivo I**

Fortalecer a organização institucional e a gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) com a ampliação de serviços e a valorização dos trabalhadores.

### **Macroações**

Elaborar o Diagnóstico Socioterritorial da cidade, incluindo a perspectiva metropolitana, identificando a incidência de situações de riscos, vulnerabilidades e violações de direitos, a ausência e/ou existência de serviços públicos; Elaborar e implementar Plano de Capacitação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e das entidades da rede prestadora de serviços socioassistenciais, objetivando a formação de profissionais, com perfil técnico necessário à gestão e à execução dos serviços; Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência; Conselhos Tutelares, dentre outros, na



perspectiva da democratização e do controle social da Política de Assistência Social. Reordenar e ampliar o Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua; Reordenar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), com a garantia de espaço físico adequado, equipe técnica específica e interdisciplinar, assegurando o acompanhamento e orientação aos adolescentes e suas famílias; Elaborar e implementar Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, no sentido de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, reduzindo assim o número de acolhimento institucional de crianças e adolescentes; Ampliar a cobertura da Proteção Social Básica, por meio da implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme estabelecido no Pacto de Aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), para o atendimento/acompanhamento das famílias em situação de risco e vulnerabilidade social; Estabelecer relação conveniada, transparente e participativa com as organizações da sociedade civil que integram a Rede de Proteção Social, em caráter complementar, assegurando padrão de qualidade no atendimento; Construir Espaços Físicos para o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes.

## **ARTE E CULTURA**

Fortalecer o cenário artístico-cultural da cidade por meio da efetivação de ações de reestruturação de espaços culturais e de fomento à produção dos diversos segmentos culturais do município, disponibilizando os subsídios necessários à ampliação das manifestações culturais e consolidando a identidade cultural do Natal.

Vamos ampliar o Fundo Municipal de Cultura, aplicando através de editais públicos, com processos seletivos transparentes e fiscalização da sociedade civil; Viabilizar a rede municipal de Pontos de Cultura, com espaço cultural, de memória e digital, interagindo com escolas, barracões, terreiros e Organizações Não Governamentais (ONGs); Revisar e aprimorar a Lei de Incentivo à Cultura Aniceto Mate; Promover Festivais de Férias envolvendo cultura e artes, contemplando música popular e erudita, danças, artes visuais, teatro, cinema, dentre outras manifestações, objetivando atrair estudantes em férias como forma de vitalizar as ações culturais e revelar o potencial artístico da juventude; Incentivar a produção audiovisual; Manter e



ampliar os eventos culturais; Promover a formação e qualificação de gestores, agentes culturais e da população em geral; Ampliar e fomentar programas de preservação ambiental nas ações de cultura de Maringá, bem como fomentar o uso dos espaços públicos abertos existentes; Ampliar a participação das pessoas com deficiência no setor cultural; Adequar e normatizar a legislação municipal referente à cultura; Promover a transversalidade da política cultural com o turismo para a inclusão das linguagens artísticas nos programas de fomento das potencialidades criativas realizados pelo Município; Construir, ampliar e manter os equipamentos públicos municipais; Promover o Patrimônio Cultural do município, com destaque para preservação de sua memória; Promover, por meio de editais, a premiação de pesquisas de conteúdos culturais como forma de estímulo à produção teórica de conteúdos culturais; Estimular os programas e projetos de formação de leitores, tendo como suporte o espaço democrático das bibliotecas; Fomentar a literatura infantil através da realização de editais; Promover ações que fomentem a diversidade na música e nas artes; Promover o acesso digital aos serviços e equipamentos virtuais; Adequar leis e fundos de investimentos municipais para garantir acesso a toda comunidade.

## **REAFIRMANDO DIREITOS**

Dar proteção às pessoas e grupos vulneráveis e/ou historicamente discriminados (negros, pessoas com deficiência, com transtorno mental, vítimas da dependência química, a comunidade LGBT e população em situação de rua), através da oferta universal de políticas públicas de proteção aos direitos fundamentais do ser humano; Desenvolver ações de combate à homofobia, transfobia, lesbofobia; Implementar ações de combate ao racismo e à discriminação racial, promovendo a igualdade étnico-racial; Implementar ações de combate à violência contra os idosos; e Criar o Observatório Municipal de Violência contra o Cidadão.

*Valdir Pignata — Candidato a Prefeito de Maringá*

*José Antonio Vilchenski — Vice Prefeito*

*Luciano Marcos Querino Pozza — Presidente do Partido Cidadania 23 de Maringá.*

